MARCELA EDUARA ALLIANO DOS SANTOS

9º ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO
BÁSICA

GT 19: METODOLOGIAS DE ENSINO EM SOCIOLOGIA/CIÊNCIAS SOCIAIS E O
UNIVERSO DIGITAL: USO DE TICS E EDUCAÇÃO MUDIÁTICA

**RELAÇÕES DE PODER E DIGITALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE
DAS DINÂMICAS EDUCACIONAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

São Paulo/SP
2025

a) Nome e instituição de Ensino das/os proponente/s:

Marcela Eduara Alliano dos Santos- Unesp - Faculdade de Filosofia e Ciências
- Câmpus de Marília

b) Identidade étnico racial das/os proponente/s:

Branca

c) Gênero das/os proponente/s:

Mulher Cisgênero

d) Município/Estado onde residem as/os proponente/s:

Botucatu/ São Paulo

e) Tema, relevância e justificativa

Esta pesquisa investiga as relações de poder no contexto da digitalização educacional nas escolas públicas paulistas, analisando criticamente como as plataformas digitais reconfiguram as dinâmicas pedagógicas e as relações entre professores e alunos. Partindo do referencial teórico de Foucault (1977) sobre as tecnologias de poder e de Freire (1974) sobre educação libertadora, o estudo problematiza a crescente instrumentalização do ensino de sociologia na educação básica. A análise revela que a lógica das plataformas educacionais reproduz a precarização docente típica do capitalismo de plataforma (SRNICEK, 2017), configurando um cenário de alienação tecnológica que merece atenção crítica.

A relevância desta investigação se mostra urgente no contexto pós-pandêmico descrito por Santos (2022), onde a adoção acelerada de tecnologias digitais ocorreu sem a necessária reflexão sobre seus impactos na formação crítica dos estudantes. Como alerta Zuboff (2020), estamos diante de uma nova fase do capitalismo que transforma dados educacionais em commodities, ameaçando a autonomia pedagógica. Esta pesquisa se justifica ao trazer à tona essas contradições, articulando as contribuições de Adorno e Horkheimer (1985) sobre a indústria cultural com a análise contemporânea das plataformas educativas.

O Super BI, plataforma de análise de dados adotada em redes públicas de ensino, e a avaliação 360°, método que envolve múltiplos agentes na avaliação de

alunos, são apresentados como ferramentas modernizantes e eficientes. No entanto, uma análise crítica revela que essas tecnologias estão longe de ser neutras: elas operam como dispositivos de vigilância e controle, alinhados a uma lógica mercadológica que transforma a educação em um campo de gestão de dados e comportamentos (ZUBOFF, 2020). A avaliação 360°, em particular, mascara seu caráter disciplinar sob um discurso de "participação democrática", mas, na prática, funciona como uma tecnologia de poder no sentido foucaultiano, normalizando condutas e incentivando a autorregulação conforme padrões pré-estabelecidos (FOUCAULT, 1977).

Essas ferramentas não surgem em um vácuo político. Elas são sintomáticas do capitalismo de plataforma na educação, em que dados de alunos e professores são coletados, processados e transformados em insumos para decisões gerenciais (SRNICEK, 2017). O Super BI, por exemplo, reduz processos pedagógicos complexos a indicadores quantitativos, reforçando uma visão tecnicista da educação que ignora dimensões críticas como desigualdade social e autonomia docente (APPLE, 1989). Da mesma forma, a avaliação 360° cria um panóptico digital, em que todos são incentivados a vigiar e julgar uns aos outros, aprofundando a competição e a interiorização de normas neoliberais (HAN, 2017). Essa dinâmica é especialmente perversa em um contexto educacional que deveria priorizar a formação crítica e a emancipação, não a adaptação a métricas de desempenho.

A denúncia do fetiche tecnológico é urgente: é preciso revelar como o Super BI e a avaliação 360° servem prioritariamente a interesses mercadológicos, não pedagógicos (GIROUX, 2019). Ao converter educação em dados gerenciáveis, essas ferramentas privilegiam a eficiência administrativa em detrimento do pensamento crítico e da criatividade docente. Professores são reduzidos a operadores de sistemas, enquanto alunos são treinados para se autorregular conforme expectativas externas — um processo que FREIRE (2013) identificaria como domesticação, não libertação.

Contudo, há espaços para resistência. Professores e alunos podem ressignificar essas ferramentas, usando dados do Super BI para expor desigualdades estruturais ou subvertendo a avaliação 360° para debates sobre poder e controle na escola (GIROUX, 2019). Além disso, é fundamental exigir transparência: quem acessa esses dados? Como são utilizados? Há riscos de comercialização, como

alerta ZUBOFF (2020) em sua análise do capitalismo de vigilância? A luta por uma educação verdadeiramente emancipatória exige que confrontemos a falsa neutralidade dessas tecnologias e defendamos práticas pedagógicas que priorizem a autonomia e a crítica, não a vigilância e o controle.

O marco teórico integra ainda as contribuições de Gramsci (1999-2002) sobre hegemonia cultural e de Mészáros (2005) acerca da educação sob o capital, permitindo compreender os limites estruturais da inovação tecnológica no atual estágio do capitalismo. Como destaca Apple (1989), é fundamental analisar como as decisões tecnológicas são centralizadas por agentes externos à comunidade escolar, reproduzindo relações de poder assimétricas que precisam ser desveladas e questionadas.

d) Objetivos, métodos e conclusões e/ou encaminhamentos futuros

O objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar as relações entre digitalização, cultura organizacional e dinâmicas de poder no ensino de sociologia na rede estadual de São Paulo. Especificamente, busca-se examinar o impacto das plataformas digitais na autonomia docente e no engajamento discente, identificar como a lógica gerencialista influencia o currículo de sociologia, e propor alternativas pedagógicas que articulem tecnologia e emancipação, conforme os princípios defendidos por Freire (2013) e Giroux (2019).

A metodologia adotada combina abordagens qualitativas, incluindo entrevistas semiestruturadas com professores de Ciências Humanas e Sociais, análise documental de Projetos Político-Pedagógicos de escolas estaduais, e observação participante em aulas de sociologia que utilizam plataformas digitais. Como referencial analítico, dialoga-se com a teoria do poder disciplinar de Foucault (1977), a pedagogia crítica de Freire (1974) e a análise da educação para além do capital proposta por Mészáros (2005), permitindo uma compreensão multidimensional do fenômeno estudado.

ROTEIRO DE ENTREVISTA – PROFESSORES DE SOCIOLOGIA

1. CONTEXTO PROFISSIONAL E EXPERIÊNCIA

- 1.1. Há quanto tempo você leciona sociologia na rede pública?
- 1.2. Quais são os principais desafios que você identifica no ensino de sociologia hoje?

2. DIGITALIZAÇÃO E PLATAFORMAS EDUCACIONAIS

- 2.1. Como as tecnologias digitais (plataformas, apps, recursos online) têm sido incorporadas ao seu trabalho em sala de aula?
- 2.2. Quais ferramentas digitais são obrigatórias por políticas da escola/secretaria? Como você avalia essas exigências?
- 2.3. Na sua percepção, quem define quais tecnologias são adotadas na escola (gestores, secretaria, empresas privadas)?

3. RELAÇÕES DE PODER E AUTONOMIA DOCENTE

- 3.1. Como as plataformas digitais impactam sua autonomia para decidir conteúdos, metodologias ou avaliações?
- 3.2. Você percebe mecanismos de controle ou vigilância (ex.: monitoramento de acesso, métricas de desempenho, coleta de dados) no uso dessas ferramentas? Poderia dar exemplos?
- 3.3. Como os alunos reagem às aulas mediadas por plataformas? Você nota diferenças no engajamento ou na participação crítica?

4. TENSÕES ENTRE TECNOLOGIA E FORMAÇÃO CRÍTICA

- 4.1. As plataformas digitais facilitam ou limitam debates sobre temas como desigualdade, poder ou capitalismo? Por quê?
- 4.2. Você já adaptou ou subverteu o uso de uma ferramenta digital para fins não previstos por seus desenvolvedores? Como? (Ex.: usar chat para discussões políticas, reinterpretar atividades padronizadas)

5. RESISTÊNCIAS E ALTERNATIVAS

- 5.1. Quais estratégias você ou seus colegas usam para preservar o caráter crítico da sociologia frente à padronização tecnológica?
- 5.2. Na sua opinião, que políticas públicas ou formação docente seriam necessárias para articular tecnologia e emancipação?

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

- 6.1. Gostaria de acrescentar algo que não foi abordado?

Os resultados esperados apontam para padrões de assimetria de poder na relação entre professores, gestores e desenvolvedores de plataformas digitais, com evidências de como as decisões tecnológicas são centralizadas por agentes externos à comunidade escolar, conforme alertava Apple (1989). Identificam-se também tensões entre inovação tecnológica e formação crítica, particularmente na redução do tempo dedicado a debates sobre desigualdade social em favor de atividades padronizadas nas plataformas, contradição já apontada nos documentos oficiais como a BNCC (BRASIL, 2018) e o Currículo Paulista (SÃO PAULO, 2019).

Como encaminhamentos futuros, a pesquisa pretende subsidiar tanto a prática docente quanto as políticas públicas, reafirmando o papel central do ensino de sociologia na formação cidadã. Inspirada nas reflexões de Saviani (2013) sobre história das ideias pedagógicas e de Teixeira (1969) sobre educação no Brasil, propõe-se a elaboração de materiais formativos para docentes que articulem crítica tecnológica e prática pedagógica. Além disso, os resultados serão divulgados em eventos acadêmicos e publicações especializadas, fortalecendo o debate sobre a necessidade de formação docente crítica em tecnologias educacionais e a defesa da sociologia como espaço para análise das relações de poder na era digital, conforme destacado por Han (2017) em sua análise das novas técnicas de poder no neoliberalismo.

Referências bibliográficas

- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. Dialética do esclarecimento. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- APPLE, M. W. Educação e poder. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.
- FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2013.
- GIROUX, H. A. Pedagogia crítica no século 21: um projeto anticapitalista. São Paulo: Cortez, 2019.
- GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. 6 v.
- HAN, B.-C. Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Âyiné, 2017.
- MÉSZÁROS, I. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2005.
- SANTOS, B. S. A cruel pedagogia do vírus. Coimbra: Almedina, 2020.
- SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2013.
- SÃO PAULO (Estado). Currículo Paulista. São Paulo: SEE, 2019.
- SRNICEK, N. Capitalismo de plataforma. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.
- TEIXEIRA, A. Educação no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.
- ZUBOFF, S. A era do capitalismo de vigilância. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.